

Há um “momento hegeliano” na obra tardia de G. Lukács?

Ester Vaisman*

A despeito do silêncio que permanece em torno de sua obra tardia, segundo N. Tertulian, Lukács se tornou a personalidade mais marcante da cultura marxista contemporânea.¹ A esse respeito, na introdução de seu ensaio “O que é Marxismo Ortodoxo” (1919), publicado em *História e Consciência de Classe* (1923), ainda segundo Tertulian, Lukács formulou uma tese que revelou a sua orientação teórica básica desde o tempo de transição ao marxismo. Nele se referiu às discussões que animavam os círculos intelectuais da época em torno da definição autêntica de “marxismo ortodoxo”. Em sua tese, ele sustentava que um marxista sério poderia aceitar, em princípio, a título de hipótese, a inexatidão de todas as afirmações particulares de Marx e reconhecer a necessidade de substituí-las por novos resultados da pesquisa sem deixar um só instante de ser um marxista ortodoxo. Afirmação paradoxal que representava uma atitude polêmica diante de uma concepção “dogmática” do marxismo. O marxismo autêntico não podia ser identificado a uma adesão e a uma fidelidade automáticas aos resultados da pesquisa de Marx, à “fé” em uma tese ou em outra, à exegese de uma criação “sagrada”. Em se tratando do marxismo, a ortodoxia tinha exclusivamente a ver com o problema do *método*. Distinção que poderia parecer muito sutil ou simplesmente não fundamentada. Mas a afirmação tinha por objetivo sublinhar a dimensão *filosófica* do marxismo. Enfim, Lukács teria revelado uma recusa à tese da infalibilidade de toda certeza de tipo dogmático ou escolástico. Assim, em princípio todo resultado particular da pesquisa é suscetível de ser completado, modificado ou enriquecido. A ortodoxia em matéria de marxismo significava afirmar que Marx havia encontrado um método de pesquisa adequado, método que poderia ser desenvolvido, aperfeiçoado ou aprofundado. Visava, assim, sublinhar a natureza filosófica desse método e seu não-dogmatismo fundamental.

A despeito de tal formulação, que está longe de ser um postulado de ordem meramente gnosiológica, já fortemente presente em sua obra de trânsito ao marxismo, assim como a rejeição de qualquer argumento de caráter dogmático, uma questão permanece: Por que Lukács insiste em tratar de um tema tão inusual, como a possível existência de uma ontologia em Marx em sua obra da maturidade? Por que Lukács insiste em uma questão que fatalmente seria e foi recebida com grande estranheza, até por seus discípulos mais diletos? Uma questão que suscitou e vem suscitando recusa imediata de todos os lados, a desaprovação *in limini* de quantos se dizem interessados por assuntos do tipo, que a entenderam por inadmissível, por que insistir nesse problema “exótico”?

É forçoso reconhecer, antes de mais nada, que o século XX assumiu ou enfrentou o pensamento de Marx a partir do padrão gnosiológico, sem se interrogar se o mesmo era compatível com tal abordagem, supôs que o fosse, com base nos pressupostos da cientificidade corrente. Por outro lado, essa primeira suposição remete a uma segunda, ao do acriticismo contemporâneo em geral, por meio do qual a cientificidade repousa e tem de repousar sobre algum tipo de fundamentação gnosiológica (teoria do conhecimento, lógica, ou epistemologia).

Não é o caso aqui de retomar em detalhe a extensa e sinuosa trajetória intelectual do autor. Em outro lugar², desde logo, valendo-me, mais uma vez do testemunho de Tertulian, indiquei que “a evolução intelectual de Georg Lukács oferece uma imagem singular da formação e do devir de uma personalidade nas condições agitadas de um século não menos singular, por sua complexidade e pelo caráter dramático de sua história”³.

* Professora do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais

¹ TERTULIAN, N, “L’Évolution de la Pensée de Georg Lukács” in *L’Homme et la Société*, n.20, avril-mai-juin, Paris:Editions Anthropos, 1971, p.15 e seguintes

² VAISMAN, E. “O ‘Jovem’ Lukács: Trágico, Utópico, Romântico?” in *Revista Kriterion*, nº112, 2005, pp.293-310.

³ TERTULIAN, N, “L’Évolution de la Pensée de Georg Lukács” *Op. Cit.*, p.15.

A dificuldade de determinar em poucas linhas o cerne teórico de Lukács tanto antes de sua adesão ao marxismo, e suas possíveis repercussões para o campo da filosofia, como depois, se deve também ao fato de que o autor “passou por experiências espirituais as mais variadas e heterogêneas”⁴, de tal modo que uma das questões polêmicas é aquela que diz respeito às continuidades e descontinuidades de seu pensamento. Também não é o caso aqui de nos delongarmos sobre esse importante tema, mas não poderíamos deixar de referir a tese polêmica “daqueles que consideram o ‘verdadeiro Lukács’ aquele das obras de juventude e que a fase de maturidade de sua obra, isto é, a fase rigorosamente marxista, constituiria uma involução evidente”⁵. Ademais, é fundamental referir um outro problema, sempre lembrado e vinculado à trajetória polêmica do autor: suas “autocríticas”. Ainda que não seja o momento mais adequado para discutirmos esse problema, seria interessante focalizar o assunto de outro ponto de vista, talvez mais fecundo, indagando o seguinte: “que outro pensador contemporâneo foi capaz de renunciar crítica e deliberadamente, como ele fez por diversas vezes, ao prestígio de obras consagradas? Renúncia que chegou ao total divórcio delas, a ponto mesmo de manifestar completa desidentidade autoral por textos que teriam feito, cada um de per si, a inconfessa e sempre almejada glória de carreira de qualquer um, inclusive dos melhores e mais respeitáveis. Esse desapego, sinônimo de enorme exigência para consigo mesmo, que nunca declinou em arrogância ou pedantismo, nem em auto-proclamações de méritos ou em bravatas de auto-suficiência, em que pese a imensa solidão teórica a que esteve constringido seu trabalho.”⁶

Não é possível aqui entrar em maiores detalhes sobre essa importante fase da vida do autor, mas é necessário aduzir que “o devenir intelectual de Lukács apresenta um interesse único, possuindo valor paradigmático para o destino da intelectualidade européia do século XX”⁷.

Intérpretes importantes de Lukács, como Oldrini⁸ e Tertulian⁹, consideram que a fase de maturidade de Lukács tem início em 1930, data a partir da qual o filósofo passa a se dedicar aos seus estudos sobre a arte, tendo como orientação uma chave analítica fundada no pensamento de Marx. De acordo com Oldrini essa virada tem caráter ontológico, na medida em que se fundamenta na crítica de Marx à filosofia especulativa de Hegel, em que Marx, influenciado, em parte, pelos pequenos escritos de Feuerbach¹⁰, faz o reconhecimento da objetividade enquanto propriedade originária de todo ente. Oldrini considera, nesse sentido, que “as linhas diretrizes da investigação lukácsiana após os anos 1930 devem imediatamente à teoria materialista da objetividade”, contudo isso não significa necessariamente “que se devam deixar de lado”, na análise desse longo período que desemboca em *Para uma Ontologia do Ser Social*, “os inconvenientes e os limites que derivam da ausência como fundamento, de um explícito projeto ontológico. Nesse momento, em Lukács, esse projeto está completamente ausente”¹¹.

Ao indicarmos a provável existência de um fio condutor, principalmente entre a *Estética* e a *Ontologia*, não resulta de imediato a conclusão que Lukács tenha aderido, sem mais à própria expressão, ainda que, como afirma Oldrini “mesmo lá onde a coisa, o nexos conceitual já exista em germe falta a palavra para expimi-lo”¹². Em verdade, Lukács nutria sérias desconfianças e suspeitas em relação à própria palavra, resistindo em utilizá-la; “para ele, tomando a conotação que lhe fora conferida por Heidegger, ela

⁴ *Id.Ibid*

⁵ *Id.Ibid*.

⁶ VAISMAN, E..*Op.Cit.* p.294.

⁷ TERTULIAN, N. *Op. Cit.* p.25

⁸ OLDDRINI, G. “Em busca das raízes da ontologia (marxista) de Lukács” in *Lukács e a Atualidade do Marxismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002, pp.49-75.

⁹ TERTULIAN, N. “Lukács Hoje” in *Lukács e a Atualidade do Marxismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002, pp.27-48.

¹⁰ Cf. *Princípios da Filosofia do Futuro*, Lisboa: Edições 70, s/d.

¹¹ OLDDRINI, G. *Op. Cit.* p. 67.

¹² *Id.Ibid*.

só tem um valor negativo”.¹³. Entretanto, ao entrar em contato com a obra de Ernst Bloch, *Questões Fundamentais da Filosofia. Pela ontologia do ainda-não-ser (noch-nicht-seins)*, publicada em 1961 e com a volumosa obra de N. Hartmann sobre *Ontologia*, há uma mudança de postura do autor em relação à palavra.

Ainda é Tertulian que nos oferece uma informação preciosa acerca do momento preciso em que tem início a elaboração da última obra de Lukács: maio de 1960¹⁴ data em que conforme seus planos ele daria início aos escritos da *Ética*. Contudo, “sabemos o que ocorreu depois: os trabalhos preparatórios da *Ética* se transformaram num volumoso manuscrito, a *Ontologia do Ser Social*, concebida como uma necessária introdução à obra principal”¹⁵.

Sobre os *Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social*, são necessárias algumas informações adicionais. De acordo com Tertulian, tais manuscritos possuem o valor de um testamento, pelo fato de ser o último grande texto filosófico de Lukács. Mas isso, bem entendido, nem tanto pelo fato de ser o último grande texto filosófico de Lukács, mas as considerações que nele estão presentes encerram todo um conjunto de novos indicativos acerca de questões que o pensador húngaro supõe como urgentes. É evidente que não se trata aqui de esgotar a análise possível desses ricos indicativos, mas, tão somente, chamar a atenção para uma questão especialmente importante, tento em vista os vínculos entre Lukács e Hegel, sempre denunciados por seus críticos e intérpretes. O nosso objetivo principal aqui é expor a crítica elaborada por Lukács em seus *Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social* à herança hegeliana no interior do marxismo. Tal intento, à primeira vista, parece impossível, pois o autor é conhecido por vários comentadores como responsável pelo estabelecimento de um “vínculo lógico” entre Marx e Hegel. No entanto, ao compulsar sua obra publicada postumamente, com especial atenção para os *Prolegômenos* encontramos várias passagens que indicam um posicionamento inverso.

Em primeiro lugar, é imperioso advertir que o reconhecimento da historicidade ou da processualidade pelo filósofo húngaro como categorias basilares da sociabilidade não significa de imediato a presença de uma *herança hegeliana* nos escritos de Marx. Segundo Lukács, ao revés, Marx, “já em seus primeiros escritos, crítica, como vimos, a predominância do momento lógico, e, corretamente, vê nisso uma violação intelectual, niveladora, estática, do ser. Mais tarde, em suas importantes obras filosóficas da juventude, ele se opõe sempre mais energicamente às recém descobertas categoriais do ser às abstrações lógicas de Hegel.” Dito diversamente, Lukács, ao invés de distinguir uma “falsa” de uma “verdadeira” ontologia de Hegel, esforço desenvolvido na assim chamada parte histórica de sua *Ontologia*, busca identificar aqui o elemento de caráter ontológico que separa radicalmente Marx de Hegel, distanciamento crítico esse que ocorre no início mesmo da fase de formação intelectual do pensamento marxiano propriamente dito. Não busca, portanto, identificar possíveis elementos de continuidade entre um autor e outro e nem mesmo postula que Marx teria se valido da lógica dialética para o exame da sociedade capitalista, ou do mundo em geral. Ao contrário, o reconhecimento é claro: a preeminência concedida por Hegel ao momento lógico viola o ser. E é justamente esse é o caráter da crítica de Marx a Hegel em seus escritos de 1843. Além desse reconhecimento do caráter da ruptura de Marx com Hegel, é o próprio Lukács que assume a impossibilidade de se reconhecer tal “momento hegeliano” em Marx e muito menos tal presença para sua própria proposta ontológica, pelo menos em seu último manuscrito.

Assim sendo, Lukács, em seu projeto derradeiro de retorno às coisas mesmas por meio do resgate do pensamento de Marx, considerava fundamental, para a consecução de tal intento, “examinar, sobretudo, a herança hegeliana no interior do marxismo, pois os elementos do método hegeliano que não foram totalmente elaborados e criticamente

¹³ *Id. Ibid.*

¹⁴ TERTULIAN, N. *Lukács: La rinascita dell'ontologia*. Roma: Editori Riuniti, 1986, p.11. Trata-se de uma carta datada de 10 de maio de 1960 endereçada a Ernst Fischer na qual Lukács anuncia que havia finalizado a *Estética* e que pretende “ter à mão sem demora a *Ética*”.

¹⁵ TERTULIAN, N. “O Grande Projeto da *Ética*” in *Ensaio Ad Hominem* n° 1, tomo I, Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 1999, p. 126.

purificados desviaram, em pontos importantes, a imagem de mundo do marxismo de sua concepção marxiana original.”¹⁶

Além desse depoimento incisivo, chamou-nos atenção, em particular, um longo trecho pertencente à parte três da obra acima citada, em que emerge o famoso problema da *negação da negação*. Segundo o autor em tela, se trata de um dos elementos do método hegeliano que não foi totalmente analisado e criticado pelos marxistas, gerando-se com isso sérias distorções na “imagem do mundo do marxismo”. Segundo Lukács, o problema da *negação da negação* não aparece praticamente em Marx. A única menção importante, diz ele, em relação a esse momento do método hegeliano estaria em *O Capital*, nos comentários de encerramento da análise da “acumulação primitiva”. De acordo com Lukács, nesse passo analítico “Marx dá explicações precisas, puramente econômicas, de como o desenvolvimento econômico do capitalismo levou à expropriação da ‘propriedade privada individual, baseada no próprio trabalho’, e como a perspectiva da ‘expropriação dos expropriadores’ não prevê, de modo algum, uma restauração da propriedade privada, mas ‘a propriedade individual com base na conquista da era capitalista.’ Marx menciona aqui esse segundo processo como *negação da negação*. Mas a introdução dessa categoria hegeliana nada tem a ver, objetivamente, com a argumentação essencialmente econômica de Marx. Poderíamos dizer que ela é algo estilisticamente decorativo. Aqui vale muito provavelmente o comentário de Marx no prefácio da segunda edição dessa obra, dizendo que, constatando que seu método dialético é ‘o oposto direto’ do hegeliano, ‘aqui e ali’ ‘coqueteou’, ‘no capítulo sobre a teoria do valor, com a expressão que lhe era característica’.”¹⁷

Longe da existência de um Hegel materialisticamente de ponta-cabeça, o que temos em Marx, já nos inícios de sua atividade, também segundo a avaliação do filósofo húngaro, “é uma crítica áspera ao intento lógico-ontológico hegeliano, privado de pressupostos, em que o ser deveria ser ao mesmo tempo algo além do mero ser-pensado, mas, simultaneamente, algo ainda privado de determinações (indeterminadamente pensado). Aqui, porém, antes que tenha início o trabalho de dedução de Hegel – surge necessariamente a indagação: o ser pode existir efetivamente, mesmo que como ser em geral e, todavia é concebido privado de determinações objetivas?” E Lukács categoricamente conclui nos seguintes termos: “Marx respondeu a essa pergunta muito cedo, num sentido radicalmente negativo.”¹⁸

Ou ainda, nas próprias palavras do autor em questão: “No programa de Hegel, na primeira parte de sua *Lógica*, a negação lhe serve de instrumento. Mas a negação é, em seu sentido real, uma operação lógica, do pensamento puro.”¹⁹ Marx evidencia, segundo Lukács, a impossibilidade de desenvolver de forma imanente, a partir do ser privado de determinações, aquelas determinações que o são enquanto categorias do ser efetivo, concreto. Ainda segundo o filósofo húngaro, a *negação da negação* é “aquele meio milagroso lógico-ontológico, com cujo auxílio se extrairia magicamente, de um ser privado de determinações – e que, portanto nem é verdadeiramente ser -, o ser totalmente desenvolvido em sua determinação (em Hegel, a realidade).”²⁰

E aqui é imperioso frisar, sempre com base no argumento lukácsiano que, ao contrário de Marx, “A postura de Engels quanto a essa questão é essencialmente diferente. Quando defende a posição de Marx acima apresentada, contra o ataque de Dühring, deixa claro antes de tudo, assim como nós, que Marx provou sua tese de maneira concreta, histórico-econômica. Só depois do fim da fundamentação científica, surge a referência de Dühring a Hegel, acima citada.”²¹ Contudo, ainda segundo o filósofo húngaro “Engels não pára por aí. Ele considera a negação da negação ‘um procedimento muito simples, realizado diariamente por toda parte’, e ilustra esse pensamento em seguida nos diversos exemplos da natureza, sociedade, e ideologia. Nos

¹⁶ *Id. Ibid.* p.113.

¹⁷ *Id. Ibid.* pp. 113-114.

¹⁸ *Id. Ibid.* p.115

¹⁹ *Id. Ibid.*

²⁰ *Id. Ibid.* p.121.

²¹ *Id. Ibid.* p.114.

seus trabalhos preliminares da dialética da natureza, há todo um capítulo dedicado à característica geral do método dialético. E também aí ele aborda igualmente a negação da negação como um dos três princípios fundamentais. Assim, surge-nos, evidentemente, a pergunta: com que direito?”²²

As palavras de Lukács acima referidas não poderiam ser mais enfáticas e, ao mesmo tempo esclarecedoras: identifica em Engels e não em Marx a presença de traços indelévels da lógica hegeliana. Além disso, denuncia o a impropriedade do procedimento engelsiano, não só por conta de seu diagnóstico problemático acerca da historicidade no plano do ser natural, mas, sobretudo, em função das influências negativas que teria gerado daí para frente. Em seguida, Lukács responde a indagação acima por ele mesmo articulada em estilo direto: “Se essa pergunta for feita tomando em consideração a dialética do ser elaborada por Marx, nossa resposta será: **com nenhum direito**”²³. [grifo meu, E.V.] Portanto, a categoria da *negação da negação* possui seu lugar e importância no interior do sistema hegeliano, mas nada justifica a sua apropriação feita por Engels.

Mesmo reconhecendo que “foi Hegel o primeiro a advertir tanto para a complexidade dos fenômenos, quanto para a processualidade de sua essência, suas relações, e as colocou no centro da estrutura metodológica de toda filosofia.”, contudo, adverte Lukács já “apontamos para esse lado do seu filosofar exatamente em relação àquela áspera crítica feita por Marx já nos inícios de sua atividade – por meio de tentativas heróicas e insolúveis de tornar compreensíveis as categorias da lógica como simultaneamente ontológicas e lógicas em seu automovimento partindo do simples ser não objetivo, desprovido de predicados, até o sistema perfeito do mundo com um todo nesse seu processo”²⁴ A crítica de Lukács é certa, procura investir contra o próprio ponto de partida da *démarche* hegeliana, caracterizando-a como insolúvel, ou seja, “O ser, ponto de partida de Hegel, por um lado, deve ser, essa forma mais general, e por outro, teria a função de desenvolver todas as suas determinações concretas partindo da dialética, desta ‘não datidade’. Portanto, para realizar a função de tal ponto de partida lógico-ontológico privado de pressupostos, o ser deveria ser ao mesmo tempo algo além do mero ser-pensado, mas, simultaneamente, algo ainda privado de determinações (indeterminadamente pensado). Aqui, porém, – antes que tenha início o trabalho de dedução de Hegel – necessariamente surge a indagação: pode o ser ainda ser existente como ser em geral, se ele deve permanecer como ser real, e, todavia, é concebido privado de determinações objetivas?”²⁵ Segundo Lukács, como já referido acima, mas vale a pena repetir, Marx teria oferecido a resposta decisiva a “essa pergunta muito cedo, num sentido radicalmente negativo. Mas ele fala – de nenhum modo impensada ou casualmente – sobre a objetividade, não simplesmente sobre o ser, isto é, diz que o ser, no qual vê o ponto de partida já contém todas as determinações do seu ser; estas não são gradativamente ‘desenvolvidas’ partindo de seu conceito abstrato, mas pertencem, *a limine*, ao ser do próprio ser. Por isso, Marx pode dizer, resumindo: ‘Um ser não objetivo é um *não-ser*’, isto é, um ser privado de determinações não é ser. Naturalmente, isso não exclui que o pensamento nas operações lógicas possa abstrair das determinações do ser, e pôr o *conceito* de um ser privado de determinações. Por isso, em certas circunstâncias, podem surgir operações de pensamento razoáveis, cujos resultados podem até contribuir para o esclarecimento do próprio ser. Só uma coisa é impossível: do conceito logicamente esvaziado de ser, desenvolver um ser real mediante uma reversão ideal do processo de abstração acima mencionado.”²⁶

O argumento, no nosso ponto de vista, não poderia ser mais eloquente e decisivo não apenas para marcar a profunda distância que marca a posição de Marx em relação a Hegel, mas também em relação ao próprio Engels, que, segundo Lukács, não teria percebido em toda a sua extensão a impossibilidade de derivar o ser real a partir de

²² *Id. Ibid*

²³ *Id. Ibid.*

²⁴ *Id. Ibid.*

²⁵ *Id. Ibid.* p.115.

²⁶ *Id. Ibid.*

operações puramente lógicas, o que pode implicar em uma operação que tem como resultado a própria logicização da totalidade e a negação do finito, que, como se sabe, é o seu reconhecimento que Marx demanda em seus primeiros escritos. Ali, em seu texto primígeno, voltando-se à crítica hegeliana da filosofia do direito de e do estado, em vários momentos desenvolve um conjunto de denúncias contra o procedimento especulativo que “ao invés de tentar compreender o objeto em sua efetividade, em sua lógica própria, envereda por um caminho em que ‘o único interesse está em voltar a encontrar a ‘idéia’ pura e simples, a ‘idéia lógica’ em qualquer elemento, seja este o estado ou a natureza, com o que os sujeitos reais /.../ se convertem em seus *nomes*, o que representa somente a aparência de um conhecimento real”.²⁷

Assim sendo, Lukács em sua obra tardia identifica de modo certo o que está em jogo na crítica de Marx a Hegel logo nos seus primeiros escritos: a denúncia de que para Hegel os entes reais, finitos são substituídos por abstrações, idealidades, cuja natureza é substancializada, tornando-se dessa forma agentes ou entificações que atuam por lógica e finalidades próprias e que por necessidade interna engendram as entificações finitas, antes de tudo como realização e confirmação de si mesmas, vale dizer, das abstrações, de tal modo que as finitudes são resultado necessário, produtos mesmo, predicados das abstrações emancipadas.

De acordo ainda com Lukács dos *Prolegômenos*: “Na lógica hegeliana /.../ não é a particularidade de determinados existentes que (mesmo tendo a substância como fundamento) deve ser determinada, mas do ser privado de determinações (portanto: não existente, apenas abstratamente obtido pelo pensamento) devem ser desenvolvidas processualmente, ontologicamente, todas as determinações ontológicas do ser [*Seinsbestimmungen des Seins*] no processo real de seu auto-movimento.”²⁸ Portanto, além de constatar o esforço hegeliano não se dirige à determinação das entificações existentes *por si*, Lukács constata que, ao contrário, tal esforço se dirige ao ser privado de determinações, ou seja, a idealidade. A categoria da historicidade aí presente revela-se, portanto, como auto-movimento da idéia e não das coisas mesmas.

O filósofo húngaro reconhece a tentativa inovadora de Hegel, reconhecimento existente no próprio Marx dos *Manuscritos de 1844*, mas, adverte com energia: “a tentativa de transformar a coisidade em processualidade, depara-se assim com uma tarefa insolúvel. Não que o problema de reconhecer e descrever a processualidade das coisas seja insolúvel; Marx mostrou exatamente a sua possibilidade de solução, e até mesmo demonstrou que esta é a única solução correta. Insolúvel é apenas desenvolver de forma imanente, a partir do ser privado de determinações, possível apenas como produto do pensar, aquelas determinações que são determinações e categorias do ser efetivo. Na busca de um caminho – lógica e ontologicamente – convincente, Hegel se deparou com o conceito da negação da negação. Tratava-se de descobrir no próprio ser o momento da negação como determinação do ser. Tentamos, em contrapartida, mostrar que, a negação como determinação do pensamento tem todo sentido, mas só pode ser uma determinação do pensamento e nada mais do que isso.”²⁹

Para um leitor atento da obra de maturidade de Lukács como Tertulian, o intento em distinguir sob determinados aspectos as posições de Marx e de Engels em relação a Hegel não passaram despercebidas. Assim é que no artigo “Teleologia e causalità in Lukács”, Tertulian se vale de uma carta enviada por Lukács a Emile Bottigelli, (08/01/1960), em que o filósofo húngaro sublinha a “importância de um problema ligado à história da formação do marxismo: o da diferença entre Marx e Engels que se manifestam nos respectivos procedimentos em relação à herança da filosofia hegeliana. Lukács exprime a convicção que Engels, devido à sua formação intelectual, permaneceu mais ligado à estrutura do pensamento hegeliano, enquanto Marx dele havia se liberado e de um modo mais radical nos tempos de juventude, como testemunham as críticas profundas que são dirigidas ao seu ilustre predecessor”.³⁰

²⁷ CHASIN, M. “A Crítica da Especulação nas Glosas de Kreuznach” in *Ensaio Ad Hominem 1*, Santo André/Ijuí, Estudos e Edições Adhominem/Editora Unijuí, tomo IV, 2001, p.161.

²⁸ LUKÁCS, G. *Op.Cit.* pp.116-117.

²⁹ *Id. Ibid.* p. 117.

³⁰ TERTULIAN, N. “Teleologia e causalità in Lukács” in *Critica Marxista*, rivista bimestrale 5, , Roma,

Diante disso é razoável a indagação que dá o título a essa comunicação: há um momento hegeliano na obra tardia de Lukács? A resposta talvez a encontremos no próprio autor em questão. Ele diria: é uma questão de perspectiva....